



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
40.hist@capes.gov.br

Documento de Área

Área 40:

História

Coordenador da Área: Claudio Henrique de Moraes Batalha
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Ricardo de Aguiar Pacheco
Coordenadora de Programas Profissionais: Cristiani Bereta da Silva

2019



Sumário

1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA.....	2
1.1.	Tendências, apreciações, orientações.....	2
1.2.	Diagnóstico da Área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade).....	7
1.3.	A interdisciplinaridade na Área.....	10
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA.....	11
2.1.	Inovações, transformações e propostas.....	11
2.2.	Planejamento dos PPG da Área no contexto das instituições de ensino superior	12
2.3.	Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.....	13
2.4.	Perspectivas de impacto dos PPG da Área na sociedade.....	14
2.5.	Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.....	14
2.6.	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	15
2.7.	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG.....	16
2.8.	Visão da Área sobre a modalidade à distância.....	16
2.9.	Visão da Área sobre a modalidade profissional.....	17
2.10.	Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	18
2.11.	Visão da Área sobre formas associativas.....	19
2.12.	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede).....	20



1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

A elaboração deste documento visa fornecer um panorama do estado atual da Pós-graduação na Área de História, mostrar seu desenvolvimento ao longo do tempo e apontar tendências.

Um tema de preocupação na Área de História é que a oferta de bolsas de estudo não tem acompanhado o ritmo de expansão da Pós-Graduação, oferta que foi fundamental nas últimas décadas para a construção da Pós-Graduação na Área de História, o que impacta tanto a expansão a partir daqui quanto a consolidação dos programas existentes nos próximos anos. Com base nesse cenário são elaboradas indicações para o planejamento e as ações dos PPGH no quadriênio em curso.

1.1. Tendências, apreciações, orientações

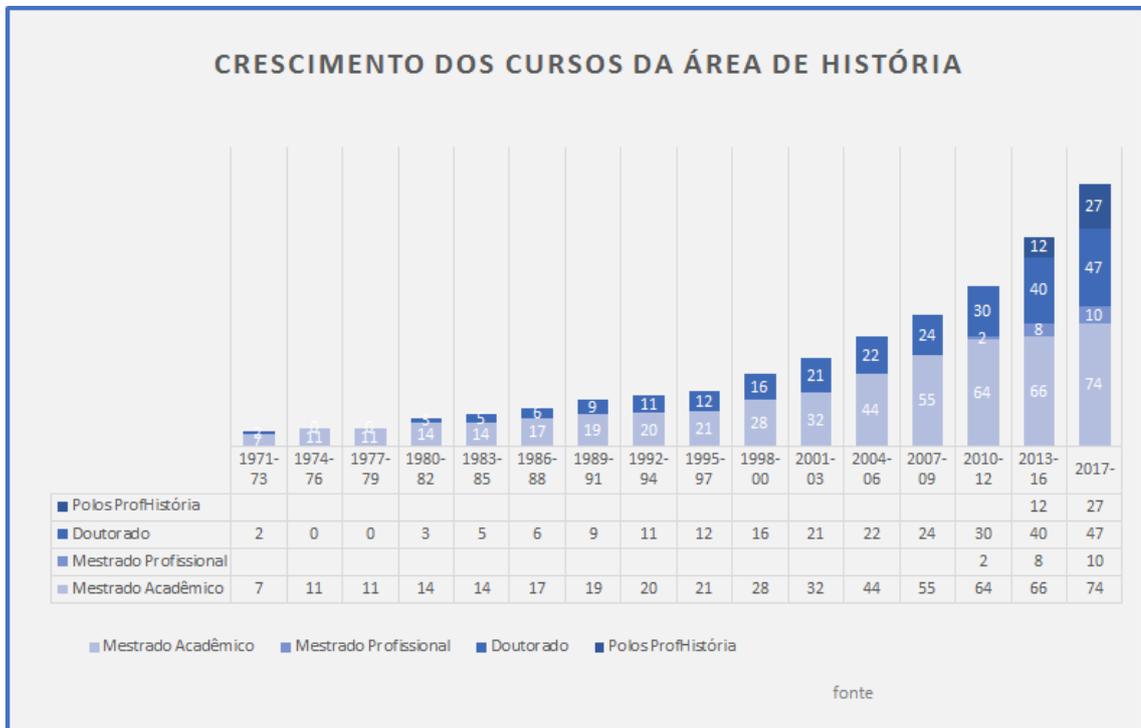
1.1.1. Tendências

A Pós-Graduação em História, tal como a conhecemos hoje, teve início nos primeiros anos da década de 1970. Até o final daquela década foram criados 11 mestrados e 2 doutorados (ambos na USP). Novos mestrados e doutorados foram criados na década seguinte e desse modo entre as décadas de 1980 e de 1990 consolidou-se a Pós-Graduação em História, em grande parte resultante da política de concessão de bolsas de estudo.

No ano de 2003 a Área teve o Mestrado Profissional aprovado, que abriu uma nova perspectiva de formação em nível de Pós-graduação em História. Em 2014 teve início o ProfHistória – em rede nacional - voltado a qualificação de professores de História que atuam na Educação Básica.

Desde o início da Pós-Graduação em História até a última aprovação de novos cursos, ocorrida em 2018, a Área cresceu consideravelmente passando de 7 programas (7 mestrados e 2 doutorados) em 1973 a 86 programas em 2019.

Gráfico 1: Crescimento dos Cursos da Área de História



Fonte: Elaborado pela Área a partir de dados disponíveis em capes.gov.br

Esse crescimento vem acompanhado de um processo de expansão nacional da Área, passando a atingir a maior parte dos estados e de interiorização, isto é, ao longo do tempo programas foram implantados fora das capitais dos estados.

Atualmente apenas quatro estados não possuem mestrados acadêmicos em História, todos na região Norte (Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins). Ao passo, que oito estados das regiões Norte e Nordeste não possuem doutorados em História, além dos quatro anteriormente mencionados, esses estados são: Amapá, Alagoas, Sergipe e Paraíba.

Segundo dados da Plataforma Sucupira, no ano de 2018, estavam ligados à Área de História: 81 Programas de Pós-graduação em História (PPGH).

Esses PPGH são responsáveis por 126 cursos. Sendo: 74 Cursos de Mestrado Acadêmico, 45 Cursos de Doutorado, 10 Cursos de Mestrados profissionais (Observa-se que em 2018 foram aprovados dois cursos de mestrados profissionais), sendo um deles ProfHistória, Mestrado em Rede Nacional, com 27 IES associadas.

Tabela 1: Área de Pós-graduação em História

	Programas de pós-graduação							Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
2017	71	22	0	9	0	40	0	111	62	40	9	0
2019	81	24	0	12	0	45	0	126	69	45	12	0

ME – Mestrado Acadêmico
 MP – Mestrado Profissional
 DO – Doutorado Acadêmico
 DP – Doutorado Profissional
 ME/DO – Mestrado e Doutorado acadêmicos
 MP/DP – Mestrado e Doutorado profissionais
 Fonte: capes.gov.br

Fonte: sucupira.capes.gov.br

Parte significativa dessa expansão inicial da Pós-Graduação pode ser atribuída à oferta de bolsas pelas agências de fomento (CAPES, CNPq, FAPs estaduais) e aos aportes financeiros aos programas pela CAPES. No entanto, nos últimos anos essa expansão tem prosseguido sem que tenha ocorrido uma ampliação proporcional de recursos e bolsas destinados aos PPG.

Os programas se desenvolveram abrigando Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa distintas entre si. Verifica-se nos últimos anos uma tendência ao surgimento de programas mais especializados em termos de recortes temáticos ou regionais, fugindo de áreas de concentração genéricas como simplesmente em “História”. Esse fenômeno pode ser atribuído a dois movimentos distintos: de um lado, o amadurecimento da Área e a aproximação de padrões adotadas internacionalmente; de outro lado, a cobrança na Área para que novos cursos procurem demonstrar sua originalidade e diferenciação teórico-metodológica ou temática com respeito àqueles já existentes nas Área de Concentração e Linhas de Pesquisa.



1.1.2. Orientações

No atual quadriênio está em vigor a nova Ficha de Avaliação que irá observar 3 itens: Proposta do Programa, Formação, Impacto na sociedade. A Coordenação de Área a partir dos debates do CTC aponta alguns indicadores pertinentes a essa avaliação.

Sobre a “Proposta do Programa” a Área de História entende que as Áreas de Concentração devem explicitar os marcos teórico-metodológicos que orientam as investigações no seu interior. As Linhas de Pesquisa devem apontar seu recorte espaço-temporais e/ou temáticos; os conceitos articuladores; e os marcos teóricos.

O corpo docente dos cursos acadêmicos deve ter, no mínimo, 10 Docentes Permanentes para os cursos de mestrado e os programas com mestrado e doutorado devem ter, no mínimo, 15 Docentes Permanentes. O corpo docente dos mestrados e doutorados profissionais devem ter, no mínimo, 10 Docentes Permanentes. Esse corpo docente pode ter até 30% de docentes formados outras áreas ligadas a Área de Concentração do programa. O corpo docente deve mesclar, dentro do possível, docentes com experiência, mais de 5 anos de doutorado, com jovens doutores (mesmo que em regime de pós-doutorado). Deve-se evitar mais de 50% dos docentes formados na mesma instituição. Valoriza-se a presença de bolsistas PQ e semelhantes.

Espera-se que cada PPGH estabeleça um planejamento estratégico para a quadrienal que defina claramente: metas e estratégias para a qualificação da sua formação e da sua inserção social e sua internacionalização. Junto a isso deve estar ligado a descrição do processo de auto avaliação que irá verificar a realização das metas traçadas.

Em relação a “Formação” a Área de História propõe que os programas tenham como objetivo titular ao menos metade dos ingressos no tempo médio de 30 meses para o mestrado e 54 para o doutorado. Que ao menos 80% das bancas tenham membro externo qualificado para o tema. E que exista e seja aplicado regulamento de distribuição das bolsas fornecidas pela CAPES com critérios claros e exequíveis.

Espera que cada PPGH apresente o levantamento da produção intelectual de seus discentes e de seus egressos (entendido como os titulados nos últimos 5 anos), da mesma forma espera-se a apresentação da trajetória de ao menos três egressos, após sua formação, que evidenciem sua inserção na vida acadêmica e/ou profissional.



Espera-se que a produção intelectual de cada membro do corpo docente de cada PPGH tenha, individualmente, produção bibliográfica e técnica. Que a maior parte ofereça disciplinas na graduação e esteja inserido em grupos de pesquisa externos ao programa.

Espera-se que cada membro do corpo docente se envolva nas atividades formativas do programa. Espera-se que ao longo do quadriênio cada docente, individualmente: mantenha projeto de pesquisa em desenvolvimento; leccione ao menos uma disciplina no programa; tenha ao menos duas orientações; leve no mínimo um discente a defesa; e mantenha ao menos uma orientação na graduação.

No que toca ao “Impacto na sociedade” a Área de História espera que cada PPGH tenha uma produção bibliográfica qualificada e uma produção técnica relevante para o campo da produção historiográfica.

Espera-se ainda que cada programa tenha ao menos um docente que desenvolva uma ação junto a educação básica. Ao menos um docente que desenvolva uma ação relevante junto a entidades da sociedade civil. Ao menos um docente que atue junto a uma instituição pública. Neste tema também é valorizada a presença de editores de Periódicos científicos e de políticas afirmativas.

No que toca à internacionalização a Área de História espera que cada PPGH desenvolva ao longo do quadriênio, iniciativas tais como: publicações em periódicos qualificados no exterior; palestras e/ou conferências de docentes como convidados no exterior; realização de estágios no exterior pelos docentes; recepção de alunos estrangeiro como visitante ou em cotutela.

Por fim espera-se que cada PPGH dê visibilidade a suas ações e sua produção mantendo um website que contenha informações como: descrição da Área de Concentração e Linha de Pesquisa; Perfil dos docentes; lista dos discentes e egressos; acesso a dissertações e teses defendidas; critérios de seleção e de credenciamento; página com informações em inglês e/ou outro idioma.

Os PPGH que desejam se credenciar a receber as notas 6 e 7 devem apresentar com maior detalhe as suas ações de internacionalização. A atribuição da nota 6 e 7 será focada na avaliação desses itens (sem desconsiderar os anteriores).

Pede-se a esses que listem uma a uma as ações realizadas no exterior como:

- Número de Docente Permanente com liderança ou participação em projetos em rede internacional que apresentem durabilidade (maior de 4 anos).
- Existência de Projetos de Pesquisa com equipes internacionais com financiamento

nacional.

- Número de Docente Permanente com publicações no exterior (individual ou em coautoria).
- Número de Docente Permanente com conferências em eventos no Exterior.
- Número de Docente Permanente com Estágio Pós-Doc no Exterior.

Pede-se a esses que listem uma a uma as ações realizadas por estrangeiros no PPGH:

- Professor visitante estrangeiro.
- Existência de Projetos de Pesquisa com financiamento internacional.
- Número de Discentes estrangeiros recebidos (para curso integral ou parcial).
- Existência de formação em Cotutela.
- Número de Docentes Visitantes (ou em estágio pós-doutoral) estrangeiros.
- Manter periódico com publicação de autores vinculados a instituições estrangeiras.

1.2. Diagnóstico da Área (incluindo a distribuição dos PPGH por região, nota e modalidade)

A distribuição dos PPGH por região deve servir de parâmetro para traçar a política de expansão da Área e buscar corrigir distorções, por ora isso só pode ser feito considerando a possível demanda em cada região.

Tabela 2: Distribuição Regional PPGH 2019

Distribuição Regional - PPGH 2019								
Região	Total de Cursos	%	ME	%	MP	%	DO	%
N	7	5%	4	5%	1	8%	2	4%
NE	28	21%	18	25%	3	25%	7	15%
SD	53	40%	26	36%	4	33%	23	49%
CO	13	10%	7	10%	2	17%	4	9%
S	31	23%	18	25%	2	17%	11	23%
Brasil	132	100%	73	100%	12	100%	47	100%

Fonte: sucupira.capes.gov.br

Na tabela “Distribuição Regional PPGH 2019” vemos que a Região Norte abriga apenas 5% do Total de Cursos, sendo apenas 4% dos Cursos de Doutorado. Nesta região estão os únicos estados que não possuem PPGH, como já ressaltado anteriormente.

No outro polo vemos que a Região Sudeste possui o maior percentual de cursos, 40% e de Cursos de Doutorado, 49%.

Os Estados que possuem um maior número de PPGH são: Rio de Janeiro, 25; Rio Grande do Sul, 14; São Paulo, 13; e Minas Gerais, 12.

O gráfico “PPGH 2019: por nota da Quadrienal 2013-16” mostra que a Área de História, em 2019, é composta por 71 programas acadêmicos, 12 programas profissionais e conta ainda com 27 IES associadas do ProfHistória.

Pelo gráfico vemos que a Área de História é composta por 81 PPGH assim distribuídos:

2 PPGH nota 7.

4 PPGH nota 6.

17 PPGHs nota 5; sendo 16 acadêmicos e 1 Profissional.

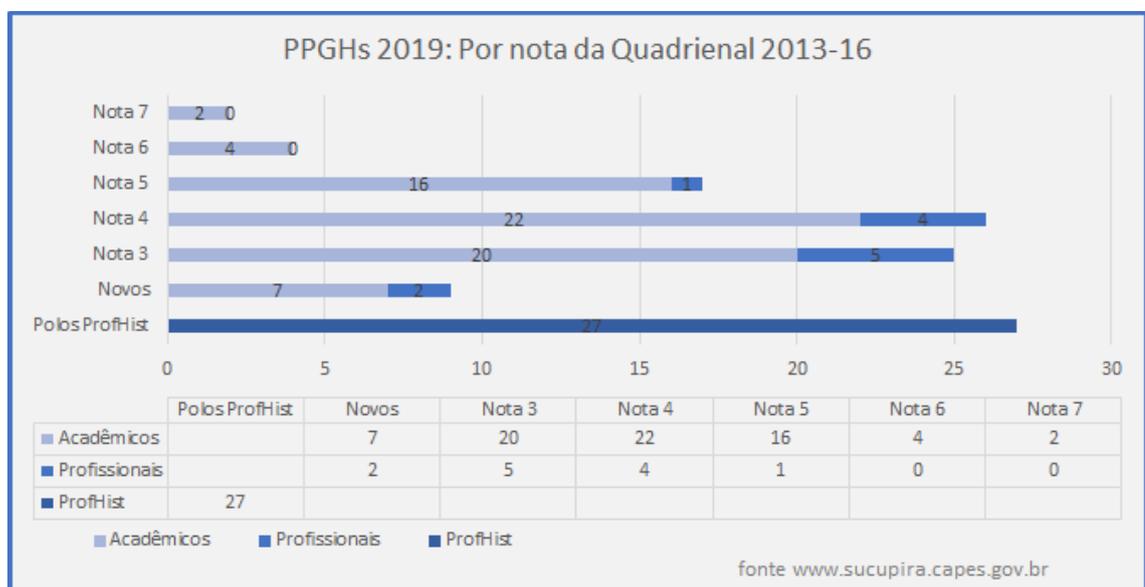
26 PPGHs nota 4; sendo 22 acadêmicos e 4 Profissionais.

25 PPGHs nota 3; sendo 20 acadêmicos e 5 Profissionais.

7 PPGHs novos; sendo 7 acadêmicos e 2 Profissionais.

27 IES associadas do ProfHistória; avaliado como nota 4.

Gráfico 2: PPGH 2019: por nota da Quadrienal 2013-16



O gráfico “Divisão dos PPGH” evidencia a divisão da Área de História em 3 grandes grupos:

- os PPGH nota 7, 6 somam 6 programas (7%);
- os PPGH nota 4 e 5 somam 43 programas (52%);
- os PPGH nota 3 e os novos são 34 programas (41%);

Gráfico 3: Divisão dos PPGH



Esses gráficos evidenciam uma concentração dos PPGH nos estratos inferiores (NOTAS 3 e 4) e um percentual muito baixo de programas de excelência (NOTAS 6 e 7). Ao nosso ver essa pirâmide de distribuição dos PPGH nos estratos é a principal assimetria da Área de História no momento.

Entendemos que essa situação é resultado de dois fatores que se articulam. O primeiro é a pouca clareza dos coordenadores de PPGH sobre os indicadores e parâmetros a serem aplicados na ficha de avaliação pela Área de História. Os indicadores e as métricas adotadas não estavam claros e amplamente divulgados para o conjunto da comunidade antes do preenchimento dos relatórios junto a Plataforma Sucupira. Isso dificultou que os coordenadores de PPGH



informassem o que de fato foi considerado pela comissão de avaliação para produzir a pontuação de cada programa.

Outro fator que influenciou esse resultado foi a opção da Área de História de considerar como indicador de avaliação índices de médias que somente poderiam ser conhecidos ao final do quadriênio. Entre esses itens, está a produção intelectual. Esse modelo, adotado ao longo de 4 avaliações, elevou de forma insustentável e insuportável as médias da Área de História.

A título de exemplo dessa situação podemos citar que a mediana da produção bibliográfica na Avaliação Trienal de 2013 foi de 255,60. Ao passo que na Avaliação Quadrienal de 2017 foi de 419,06. Ainda que dividamos por ano, para equilibrar a avaliação trienal com a quadrienal, teremos uma mediana anual de 85,2 e 104,77 respectivamente. Observando os 3 PPGH com maior produção bibliográfica, na última quadrienal, veremos que eles realizaram, respectivamente, média de produção bibliográfica de: 821,20, 705,45 e 693,95. E ainda assim no conjunto da avaliação esses mesmos programas obtiveram notas 5, 4 e 4 respectivamente.

Entendemos que esse modelo de avaliação pautado em médias móveis, produzidas após a apresentação das informações, esgotou a comunidade de historiadores ao mesmo tempo que se esgotou como modo de avaliação da Área.

Desta forma o principal desafio da Área de História no atual quadriênio é, de posse da nova ficha de avaliação, selecionar indicadores e encontrar métricas que retratem de forma mais adequada a qualidade do conjunto de ações desenvolvidas pelos os pesquisadores vinculados aos PPGH. Seja na formação de recursos humanos, seja na sua inserção social e nas suas conexões internacionais, seja na sua produção técnica e intelectual.

1.3. A interdisciplinaridade na Área

A Área de História tem na utilização de ferramentas teóricas e conceituais de outras áreas uma de suas características.

Os PPGH costumam credenciar Doutores em outras áreas do conhecimento que dialogam com suas linhas de pesquisa. Em particular a antropologia, sociologia, literatura, economia, entre outras. Há PPGH que têm a dimensão interdisciplinar ainda mais acentuada por sua ênfase em campos de pesquisa nos quais atuam diversas áreas, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

Incentivando essa prática interdisciplinar a Coordenação de Área entende que até 30% dos docentes permanentes podem ser formados em outras áreas. Ao mesmo tempo considera que os



70% de docentes permanentes com formação em História, podem tê-la apenas em um nível de formação (graduação, mestrado ou doutorado).

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1. Inovações, transformações e propostas

A Área de História tem acompanhado as tendências internacionais da pesquisa incorporando em suas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa temáticas, conceitos analíticos e abordagens teóricas atualizadas e em correspondências aos grandes centros de pesquisa.

Em 2018 estavam ativas 236 linhas de pesquisa. Termos associados aos problemas de pesquisa mais contemporâneos da pesquisa histórica mundial estão inscritos nos nomes da maior parte das linhas de pesquisa. São eles: cultura, com 82 ocorrências; sociedade, com 30; poder, com 38; Ensino com 13 ocorrências. Termos mais clássicos da pesquisa histórica apresentam menor incidência. São eles: política, com 37 ocorrências; Estado, com 4; economia com 4;

A tendência para a Área de História é que programas - novos e em funcionamento - nomeiem e descrevam de forma clara e fundamentada sua Área de Concentração e suas Linhas de Pesquisa destacando: o marco teórico-metodológico que a caracteriza; a espaço-temporal e/ou temática em que está focada; os conceitos articuladores das pesquisas.

Entende-se que os cursos tenham disciplinas vinculadas à Área de Concentração e as Linhas de Pesquisa. Que utilizem referências bibliográficas que deem conta de livros clássicos para a temática e/ou abordagem e de livros e artigos científicos recentes.

Recomenda-se que as propostas de cursos dos programas busquem evidenciar qual a relação das pesquisas históricas desenvolvidas com o contexto regional em que o programa está inserido e com os acervos documentais disponíveis aos seus pesquisadores.

Dessa forma espera-se que o PPGH forme um profissional com bagagem teórica e metodológica suficiente para atuar com autonomia intelectual na solução de problemas complexos com campo da pesquisa histórica.

Um dos principais desafios enfrentados pela Área de História, assim como pelo conjunto das Humanidades, é de encontrar formas adequadas de classificar periódicos para gerar o Qualis Periódico da Área. Parâmetros e métricas adotados por outras grandes áreas, como a classificação a partir do fator de impacto fornecido por um ou mais indexadores, mostra-se pouco adequada e mesmo desastrosa para as Humanidades em geral e para a História em particular, como demonstram todas as projeções já realizadas.



Há diversas explicações para que isso ocorra, entre elas: a publicação em língua inglesa não constitui um padrão ou um critério de qualidade para a maioria das áreas das Humanidades, incluindo a História; o tempo decorrido para que um artigo gere impacto é mais longo nas Humanidades e na História pode superar os cinco anos; várias das revistas europeias tradicionais e de grande reputação na Área, demonstram pouca preocupação com o emprego de indexadores.

A Área, por meio dos critérios adotados para o Qualis Periódico, tem contribuído para estabelecer parâmetros de qualificação para as revistas nacionais.

Assim, recomenda-se que as revistas voltadas para a Área de História busquem:

Cadastrar-se junto à base Google Scholar como forma de gerar e publicizar o “índice h”.

Cadastrar-se junto a bases indexadoras como Portal Periódicos, DOAJ, ROAD, Redalib, Latindex.

Cadastrar-se junto a bases indexadoras que geram índices de impacto como CiteScore, Scopus, SJR,

De modo geral, verifica-se que essas recomendações têm sido observadas por muitos periódicos nacionais. No entanto, é evidente que essas recomendações não produzem nenhum efeito sobre as revistas estrangeiras. Contudo, a tendência é que periódicos nacionais e estrangeiros sejam avaliados pelos mesmos parâmetros.

2.2. Planejamento dos PPGH no contexto das instituições de ensino superior

As IES que possuem corpo docente para formar um PPGH são, de modo geral, aquelas que mantêm um curso de graduação em História (as exceções são a Fiocruz e a Fundação Getúlio Vargas). Essas fazem a contratação de um corpo docente eclético na sua formação e na sua especialização posto que não é preciso mais que dois professores para cada uma das subáreas do conhecimento (História do Brasil Colônia; História da América; História Contemporânea; Teoria e Metodologia da História e outras). Desta forma é difícil para um PPGH se especializar em uma subárea. Desta forma o planejamento dos PPGH no interior da instituição não pode se fazer descolado do planejamento das graduações em História e de suas necessidades.

Por esta razão hoje o corpo docente de um PPGH, em geral, se articula com base em marcos teóricos, conceituais ou temáticos. Porém, apesar das limitações da especialização em uma subárea, considerando a composição do corpo docente dentro de uma mesma IES, seria possível que PPGH voltados para uma subárea surgissem por meio da associação de duas ou mais IES em um futuro próximo.



O desenvolvimento da pesquisa histórica nas IES deve levar em consideração os processos históricos da macrorregião em que está inserido. Assim espera-se que um PPGH na Região Norte, trate da história da Amazônia e/ou dos povos da floresta, ao passo que um PPGH localizado no sertão trate da história das comunidades sertanejas e suas tradições. E das relações desses objetos com o poder central, com a economia global, com os processos históricos mais amplos.

Para isso os PPGH devem buscar livre acesso aos acervos documentais do seu entorno. Sejam eles arquivos públicos com a documentação produzida pela máquina estatal, sejam eles arquivos de instituições como as ordens religiosas, sejam eles de caráter pessoal. Sejam eles em suporte papel, sejam eles objetos da cultura material ou imaterial.

Recomenda-se que cada PPGH elabore um plano de desenvolvimento próprio, observando a política de desenvolvimento de sua instituição e as demandas do seu contexto regional para a pesquisa histórica que oriente as ações no quadriênio.

Espera-se que esse plano tenha objetivos e metas formativas, defina estratégias operacionais e aponte os resultados a serem alcançados ao final do quadriênio de avaliação.

Também deve estar claro o processo e os critérios de credenciamento docente e de seleção discente incluindo, neste último, a políticas de permanência implementadas pelo programa e pela instituição.

2.3. Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGH

Cada programa deverá propor um sistema de autoavaliação que acompanhe a qualidade e seu desempenho. Deve observar a formação que oferece, o conhecimento produzido, dos seus impactos científico, político, educacional, econômico e social.

O foco deverá incidir sobre a formação discente sob a perspectiva da inserção social, científica e profissional, e assim o monitoramento sistemático no diálogo com os egressos será de importância central.

Os procedimentos para a definição da sistemática de avaliação de cada programa deverão estar de acordo com as orientações da CAPES para a autoavaliação, assim como com a(s) sistemática(s) de cada IES.

Para mais informações a respeito das etapas propostas, a Área recomenda consultar o documento da CAPES sobre autoavaliação, localizado no endereço: http://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019_Relat%C3%B3rio_Final_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o.pdf



2.4. Perspectivas de impacto dos PPG da Área na sociedade

A Área de História tem por tradição estabelecer intensas relações com organizações da sociedade civil, com instituições estatais e com a Educação Básica.

Assim são valorizadas pela Área a presença de docentes que estabeleçam ações junto a educação básica tais como capacitação de professores, produção de materiais didáticos, realização de palestras de divulgação científica.

Também se valoriza ações junto a organizações da sociedade civil como associações de classe, entidades representativas, organizações não-governamentais tais como assessorias, produção de estudos solicitados, realização de trabalhos técnicos e formativos.

É também reconhecido e valorizado São também reconhecidas e valorizadas as atuações de docentes dos programas da administração pública como secretarias de governo, institutos, museus, e conselhos desenvolvendo atividades como atendimento de editais, desenvolvimento de projetos, coordenação de equipes entre outros.

Também se valoriza os programas que contribuem para a divulgação científica promovendo ações que promovam a divulgação do conhecimento histórico, academicamente embasado, em diferentes formatos e linguagens. Seja pela ação de seus docentes como de seus discentes e egressos. Se visualiza nesse campo a organização de eventos não acadêmicos, o apoio a realização de materiais de divulgação, a manutenção de canais de mídia voltados a divulgação científica do conhecimento histórico.

2.5. Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG

A Área de História recomenda que os PPGH participem dos programas e convênios de cooperação internacional firmados pela CAPES com diversos países visando firmar projetos e ações de internacionalização.

Maiores informações consultar:

<http://www.capes.gov.br/pt/cooperacao-internacional>

A Coordenação de Área entende, sem prejuízo a outras, que as principais ações de internacionalização são:

A participação de Docentes Permanentes em Programas Institucionais e projetos de pesquisa em rede, com ou sem financiamento, que envolvam instituições internacionais;



A publicação de Docentes Permanentes, de artigos, livros ou capítulos no exterior, em língua estrangeira;

A realização de Docentes Permanentes, como convidados, de palestras e/ou conferências no exterior;

A atuação de Docentes Permanentes como professores visitantes em Instituições Estrangeiras e/ou tenham feito estágio pós-doutoral no exterior;

A existência de discentes em cotutela e intercambistas estrangeiros no Programa.

2.6. Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Como em outras áreas, há uma notória carência de programas de pós-graduação na região Norte e a busca de solução para essa questão deve ser preocupação importante no planejamento da Área.

Outra grande assimetria na Área de História é o baixo número de programas com nota 7 e 6 (2 e 4 PPGH respectivamente) em contraposição a um grande número de programas com nota 3 e 4 (34 e 26 PPGH respectivamente).

Embora seja próprio do sistema de pós-graduação a existência de poucos programas nos estratos superiores é difícil de entender que programas muito antigos e com alto grau de internacionalização, publicamente reconhecidos como de excelência, tenham dificuldade em estar nas melhores posições. Assim como é difícil aceitar que os programas formados a uma década ainda permaneçam em baixos estratos (7 PPGH estão nessa situação).

Entendemos que essa situação decorre de processos de avaliação que focaram em excesso em aspectos quantitativos da produtividade da Área, o que era justificável naquele momento, e da desinformação dos coordenadores dos PPGH sobre os processos e os critérios de avaliação.

A Coordenação da Área tem atuado junto aos coordenadores de PPGH para que entendam melhor o processo de avaliação. Ao mesmo tempo tem debatido com a comunidade acadêmica os indicadores e os parâmetros de avaliação. Espera-se que a comunidade dos pesquisadores vinculados aos PPGH entenda o processo de avaliação. E que cada coordenador melhore a qualidade das informações prestadas destacando os elementos qualitativos que qualificam o programa.

Com melhores registros do conjunto de atividades realizadas pelos PPGH esperamos mudar os percentuais de PPGH em cada nota minimizando a principal assimetria da Área de História e chegando a uma distribuição interna que melhor represente a Área.



2.7. Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGH

A área não apoia a fragmentação de PPGH já existentes ou a proposição de um segundo programa da mesma modalidade (acadêmico ou profissional) em instituição que já tenha um programa na Área de História. Caso um grupo de docentes qualificados veja essa necessidade deve apresentar proposta muito bem justificada, evidenciando a impossibilidade de desenvolvimento científico de uma temática específica no interior do programa já existente.

Por outro, lado a Área propõe que os programas que estão na mesma instituição avaliem a possibilidade de fusão com a perspectiva de unir forças e recursos materiais.

A Área de História tem poucas instituições com duplicidade de PPGH: USP, UFRJ, FGV, UERJ, UFG, UFRN, UNEB, UNESP. A Área de História sugere aos PPGH dessas instituições que verifiquem a possibilidade prática de unificação na perspectiva de compartilhar recursos e otimizar esforços.

No que diz respeito à unificação de programas, de acordo com a legislação vigente sobre o tema, nesses casos será mantida a nota do programa mais bem avaliado. Por sua vez, a Área de História se compromete a ponderar positivamente esse esforço ao final da avaliação da atual quadrienal.

2.8. Visão da Área sobre a modalidade a distância

Nos termos da legislação em vigor é possível a proposição de Cursos de mestrado e doutorado (este somente após um ciclo completo de avaliação no mestrado), acadêmico ou profissional, na modalidade a distância.

A Área de História não tem experiência nessa modalidade de ensino, mas entende que apenas as IES que possuem cursos de Pós-graduação em História presenciais, que passaram por duas avaliações e que têm avaliação Muito Boa na produção intelectual, podem manter cursos na modalidade a distância.

Além disso, em face das características dos processos de produção científica na Área de história, entende que, além de docentes orientadores com o título de doutor, os tutores nos polos também deve ter o título do doutor.

A Área de História entende a possibilidade de disciplinas realizadas a distância não exime os cursos na modalidade EaD de promover atividades presenciais como a manipulação de acervos, bancas de qualificação de projeto e defesa de dissertação e tese.



2.9. Visão da Área sobre a modalidade profissional

A significativa expansão da pós-graduação no Brasil, ocorrida nas últimas duas décadas, fez surgir também a modalidade de cursos profissionais como grande novidade. Na Área de História a experiência tem se mostrado rica e com potencial significativo de inovação, principalmente no campo do Ensino de História, formação docente e Patrimônio, bem como subsídio à construção e/ou implantação de políticas públicas variadas.

Em 2019, a Área conta com 12 mestrados profissionais, sendo um deles em rede nacional, o ProfHistória. O mestrado mais antigo em funcionamento é o da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aprovado em 2003, cuja área de concentração é “História, política e bens culturais”. Os mais recentes, aprovados em 2018, e ainda em fase de implantação, são da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Federal de Tocantins. Os 11 mestrados profissionais isolados estão presentes em todas as regiões do país. A maioria desses cursos está concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste, seguida das regiões Sul e Centro-Oeste. A região Norte teve o primeiro curso de mestrado aprovado, em 2018, na Universidade Federal de Tocantins (Ver Tabela 2: Distribuição Regional PPGHs 2019). Tais dados sugerem que há espaço na Área para maior expansão dos profissionais.

O ProfHistória, voltado aos docentes de História da Educação Básica, possuía até 2018 27 IES associadas, considerando também a instituição que coordena o Programa, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As áreas de concentração e linhas de pesquisa da maioria dos 12 mestrados profissionais existentes concentram-se em eixos ou temas correlatos ao ensino de História e formação docente por um lado e, por outro, em patrimônio e bens culturais. Há projetos, porém, que buscam delimitações mais específicas, evidenciando preocupação em atender a demandas relativas ao seu público alvo e/ou região em que o curso é ofertado, como por exemplo, o mestrado da Universidade Federal de Alfenas, cuja área de concentração é “Ensino e Pesquisa de História Ibérica”, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que desenvolve sua proposta relacionada a “História da África, da Cultura Negra e dos Povos Indígenas” e o recém aprovado mestrado da Universidade Federal do Tocantins que volta-se para “História e Cultura das Populações Amazônicas”.

Como já anunciado há espaço para expansão de cursos de mestrados profissionais. O desafio é construir propostas que sejam ao mesmo tempo coerentes com as especificidades



requeridas de um curso nessa modalidade, com aquelas esperadas da Área de História e com as necessidades de formação em recursos humanos da região em que a IES está situada. Tal desafio também pressupõe o cuidado em não duplicar cursos com o mesmo perfil já existentes numa mesma região. Outro desafio é tanto propor quanto desenvolver conhecimentos, técnicas ou processos que exijam conhecimento histórico aplicado que resultem em trabalhos finais coerentes com a proposta de formação profissional, diferenciando-se do trabalho final de um curso de mestrado acadêmico de História, por exemplo.

A partir de 2017, aos mestrados profissionais consolidados e com conceito 4 apresentam-se também desafios de outras ordens, como, por exemplo, aqueles relacionados a propostas de cursos de doutorados profissionais. A Área vê como positiva a expansão dessa modalidade também para esse nível de formação. Contudo, espera-se que os cursos de doutorado profissional em História demarquem objetivamente e de modo adensado suas diferenças em relação aos cursos de Mestrado Profissional e de Doutorado Acadêmico já ofertados. Compreende-se que os profissionais formados nesse âmbito tenham condições não apenas de construir conhecimentos inovadores, mas principalmente de aplicá-los na resolução de problemas que atendam demandas sociais relevantes, envolvendo ou não instituições/organizações públicas ou privadas. Nesse sentido, o trabalho final de um curso de doutorado, além de ser aderente aos objetivos, perfil do egresso e áreas de atuação propostas, deve, independentemente do formato assumido, possuir caráter propositivo e/ou de intervenção como forma de responder a um determinado problema/situação observado. Tal proposição/intervenção deve ser, ainda, objeto de reflexão densa, sendo o trabalho final circunstanciado por investigação e análise original e fundamentada, com evidência de empiria, revisão bibliográfica abrangente (incluindo, se relevante, estudos internacionais), mobilização de metodologias e conceitos/categorias pertinentes.

2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.

Nas últimas décadas observa-se que os PPGH ampliaram iniciativas objetivando maior articulação com a educação básica, algo visto como muito positivo pela Área de História.

Podemos indicar como iniciativas nesse sentido:

Abertura de linhas de pesquisa voltadas ao Ensino de História em programas acadêmicos;

Desenvolvimento de pesquisa, articulados a projetos de extensão, que envolvem a educação básica como objeto de investigação e/ou campo de atuação;



Os mestrados profissionais da Área de História encontraram na educação básica o espaço privilegiado de aplicação prática do conhecimento produzido;

Destaca-se ainda o ProfHistória, com 27 IES associadas, que tem ampliado significativamente sua atuação na formação continuada de professores de História que atuam na educação básica;

Esses movimentos se desdobram em inúmeras ações que são valorizadas pela Área de História. Sem prejuízo de outras destacamos aqui:

- A realização de Olimpíadas de História do Brasil;
- A realização de feiras de ciências;
- Desenvolvimento de material didático e paradidático;
- Projetos que visam fornecer subsídios à construção ou implementação de políticas públicas;

Ao mesmo tempo os PPGH tradicionalmente atuam junto a diversos setores da sociedade. A Área de História valoriza essas ações que podem ter, entre outras, as seguintes direções: Participação de Docentes Permanentes em atividades extra-acadêmicas na sociedade civil tais como assessorias a ONGs, a associações de classe, oferta de cursos de extensão e outras formas de colaboração.

Participação de Docentes Permanentes em atividades extra-acadêmicas junto a instituições públicas como ao INEP, MEC, CAPES, CNPq e assemelhados.

Atuação de Docentes Permanentes como Editor de revista acadêmica (com Qualis).

A presença de ações afirmativas e políticas de permanência claramente definidas.

2.11. Visão da Área sobre formas associativas

A Área considera que a associação entre diferentes IES, a despeito de uma experiência fracassada no passado, é uma forma viável de possibilitar a constituição de PPGH em regiões com demanda pela Pós-graduação em História, mas com poucos docentes qualificados.

Além disso, a associação seria uma fórmula que abriria a possibilidade para que surgissem programas voltados para subcampos de especialização notoriamente pouco representados nas IES e carentes de especialistas (tais como História Antiga, História Medieval e outros), aproximando a área do padrão em vigor nas universidades de ponta no campo internacional.

As propostas associativas devem atender às orientações para APCN em vigor evidenciando como a equipe, fisicamente dispersa, irá realizar e compartilhar as atividades formativas.



2.12. Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

A Área de História avalia positivamente as experiências de Minter e Dinter, assim como turmas Fora de Sede, pois considera que tais estratégias são fundamentais para a qualificação da formação em recursos humanos.

A instituição promotora de Minter e Dinter deve possuir PPG acadêmico consolidado (nota igual ou superior a 4) e atender, em caráter temporário, a um grupo de discentes advindos da instituição receptora, na qual devem ser realizadas as atividades de formação. Turmas Fora de Sede são turmas de mestrado ou doutorado profissionais, conduzidas por uma instituição promotora, com PPG profissional consolidado (nota 4 ou superior), fora de suas dependências. Não há necessidade de aprovação pela Capes da abertura de turmas Minter, Dinter e Fora de Sede, devendo estas serem tão somente registradas na plataforma Sucupira. Cada PPG promotor só pode cadastrar uma única turma de cada modalidade. Essas turmas podem ser nacionais ou internacionais. Maiores detalhes sobre a apresentação e o acompanhamento das turmas Minter, Dinter e Fora de Sede podem ser obtidos pela consulta à legislação atinente ao tema.